

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
Curso de Bacharelado em Jornalismo

PATRÍCIA LOURENÇO DA SILVA

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA COBERTURA JORNALÍSTICA DA ELEIÇÃO
PARA A PREFEITURA DE CURITIBA**

CURITIBA
2021

PATRÍCIA LOURENÇO DA SILVA

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA COBERTURA JORNALÍSTICA DA
ELEIÇÃO PARA A PREFEITURA DE CURITIBA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
a obtenção do grau de bacharel em
Jornalismo no Centro Universitário
Internacional – UNINTER.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Fort

CURITIBA

2021



Curso de Bacharelado em Jornalismo

Ata de Banca de Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso

Relações De Gênero Na Cobertura Jornalística Da Eleição Para A Prefeitura De Curitiba

Aos catorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte um realizou-se a banca de avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso da estudante Patrícia Lourenço da Silva, Registro Uninter 1985890 do curso de Bacharelado em Jornalismo do Centro Universitário Internacional Uninter. Na ocasião, o trabalho desenvolvido na fase de defesa, na modalidade monografia, sob o título *Relações De gênero na cobertura jornalística da eleição para a Prefeitura de Curitiba* e orientação da Professora Doutora Mônica Cristine Fort, foi apreciado pelos seguintes membros da banca avaliadora:

Examinador/a 1: Máira de Souza Nunes

Examinador/a 2: Alexsandro Teixeira Ribeiro

Após a conferência do trabalho e considerando a média das notas atribuídas pelos professores examinadores nas fichas de avaliação, atribuiu-se a seguinte nota: 9,5 (nove inteiros e cinco décimos)

Sendo assim, considerou-se a estudante foi aprovada.

Aconselha-se as adequações apontadas pela banca para o depósito da versão final do TCC.

Assinam os seguintes participantes:

Orientadora:

Examinadora 1:

Examinador 2:

Estudante:

À minha mãe, por me ensinar a força da educação, conhecimento e a importância dos direitos humanos.

AGRADECIMENTO

Mais do que orientadora, uma mentora. Agradecimento especial à professora Mônica Fort, por estimular, acompanhar e ensinar a importância da pesquisa científica ao longo dos quatro anos de faculdade e despertar a vontade e o anseio por continuar nesse caminho.

Ao professor Alexsandro Teixeira Ribeiro pelos ensinamentos e fomento de uma nova paixão e área de interesse, o jornalismo político.

À banca avaliadora pela leitura atenciosa e sugestões.

À minha família pela paciência, incentivo e discussões que norteiam a busca por um mundo mais igualitário.

*“Se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela também deve ter o direito
de subir à tribuna”.*

(Olympe de Gouges, 1748 - 1793)

RESUMO

O presente trabalho partiu da análise de conteúdos de imprensa dos jornais Gazeta do Povo e Plural referentes a candidaturas e programas de governo à Prefeitura de Curitiba em 2020 sob a perspectiva de gênero. A escolha se deu por serem dois veículos de comunicação da capital paranaense que realizaram a cobertura jornalística. Diante da crescente polarização política no país, o jornalismo assume posição relevante em relação ao seu papel social e é nesse sentido que o objetivo deste trabalho foi o de analisar as relações de gênero nas coberturas jornalísticas sobre as candidaturas à Prefeitura de Curitiba em 2020. Os procedimentos metodológicos empregados neste estudo envolveram pesquisa bibliográfica, documental e análise de conteúdo, na qual foram consideradas seis categorias: (a) qual o tipo de conteúdo jornalístico, (b) título, (c) violência política de gênero, (d) quantidade de publicação para cada candidata ou candidato em cada veículo, (e) se o espectro político ideológico do veículo deixou transparecer nas matérias e (f) abordagem da pauta. Os resultados indicaram que ambos os veículos não ofereceram espaço de forma equitativa aos candidatos homens e candidatas mulheres, deixando de proporcionar visibilidade e ferindo uma das funções primordiais do jornalismo para com a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Política; Gênero; Eleições; Curitiba.

LISTAS

(PL) - Partido Liberal

PSOL) - Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

(PSTU) - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

(PCdoB) - Partido Comunista do Brasil

(PDT) - Partido Democrático Trabalhista

(DEM) - Democratas

(PT) Partido dos Trabalhadores

(PSL) Partido Social Liberal

(MDB) - Movimento Democrático Brasileiro

(PV) - Partido Verde

(PTC) - Partido Trabalhista Cristão

(PCO) - Partido da Causa Operária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 METODOLOGIA.....	12
3 FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO.....	15
3.1 JORNALISMO POLÍTICO.....	17
3.2 GÊNERO.....	21
3.3 DEMOCRACIA, ELEIÇÕES E REPRESENTATIVIDADE.....	30
4 ANÁLISE DOS VEÍCULOS.....	35
6 COMPARATIVO DOS VEÍCULOS.....	37
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

Em virtude da crescente polarização política no Brasil, por mais que exista o fator comercial em que os veículos de comunicação como uma empresa fazem parte de um sistema organizacional (TRAQUINA, 2004), os jornais – mais do que cumprir sua função social – acabam por apenas produzir conteúdo de “direita” ou “esquerda” seguindo a dinâmica da polarização. O papel social do jornalismo enquanto voltado a sua função primordial, informação de interesse público, deveria fornecer o lugar de discurso¹ para candidatos e candidatas independente do espectro ideológico e gênero (BOURDIEU, 1998). No entanto, mesmo com a crescente discussão da importância de mulheres na política, fatores como a violência política de gênero, a forma estereotipada ao representar candidatas e, ainda, o silenciamento gerado pelo não acesso aos espaços discursivos, demonstram que a equidade de gênero ainda está distante.

Sobre o silenciamento decorrente da ausência de acesso aos acessos discursivos, argumenta Bourdieu (1998) que o jornalismo ao não oferecer espaço de discurso, propicia o silenciamento afetando diretamente a democracia, esta que implica em acesso igualitário aos espaços, inclusive para construção do debate e das possibilidades de enfrentamento. Nesse cenário, o jornalismo tem a função de gerar um local onde esses atores políticos podem ser vistos ou ouvidos e, ainda, é fundamental refletir sobre o papel do jornalismo nesse contexto social ao exercer sua função prioritária, informação de interesse público (BOURDIEU, 1998).

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é o de analisar as relações de gênero nas coberturas jornalísticas sobre as candidaturas à Prefeitura de Curitiba em 2020. Os específicos são: verificar em que medida os variados espectros ideológicos foram equitativamente retratados na cobertura dos veículos; mensurar a quantidade, tamanho e gênero jornalístico de matéria em relação aos candidatos e candidatas; mapear se houve violência política de gênero; observar se os planos de governo foram informados de maneira equitativa.

O presente trabalho pretende abordar a função social do jornalismo com a sociedade observando até que ponto o posicionamento político ideológico do

¹ Segundo Foucault, o discurso é uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata.

veículo interfere nas escolhas e no espaço destinado ao assunto, em que momento essas escolhas dizem respeito à esfera das disputas políticas eleitorais e descobrir qual é a sua efetiva contribuição para uma ampla discussão democrática. Esses são alguns aspectos que pretendemos refletir ao longo do estudo.

Essa monografia parte da comparação da cobertura jornalística de dois veículos de comunicação do Paraná na eleição para a Prefeitura de Curitiba em 2020. A escolha dos veículos se deu pelo fato de ambos representarem um papel fundamental enquanto veículos de comunicação que realizam coberturas políticas, a Gazeta do Povo² e o Plural³. O objetivo é perceber como esses veículos noticiaram fatos relacionados à sucessão ao executivo municipal sob a perspectiva de gênero⁴, ou seja, até que ponto houve diferenciação no noticiário quanto as candidatas e os candidatos à Prefeitura. A justificativa se dá, na compreensão de que o papel social do jornalismo é fundamental para a formação de opinião pública e desenvolvimento de educação política. Entende-se que o espaço destinado de forma igualitária a candidatas e candidatos é fundamental para uma eleição mais democrática.

O trabalho se propõe a comparar a cobertura jornalística e perceber se alguma candidata ou candidato obteve mais espaço no jornal por conta de seu posicionamento político-ideológico, ferindo os conceitos do papel essencial que o jornalismo ocupa na sociedade e as implicações acerca das questões partidárias e majoritárias. Sendo assim, uma das perguntas que esse trabalho pretende responder é: como o viés ideológico (conservador ou progressista) se dá na cobertura jornalística de campanhas políticas de mulheres e homens (cisgêneros, transgêneros ou não binários)⁵ que disputam o cargo de prefeito em uma capital?

² A Gazeta do Povo possui uma apresentação pública das convicções e posicionamento do veículo sobre temas, como papel do estado na sociedade, constituição familiar e aborto.

³ O Plural em seu site apresenta discursos da importância do papel do jornalismo para com a sociedade e, principalmente, na construção de matérias de interesse público.

⁴ Para realização desse estudo, adota-se o termo gênero como categoria de análise, assim como fora utilizada por feministas americanas que queriam insistir sobre o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo, enfatizando, igualmente, o caráter relacional do conceito (SCOTT, 1995) e considerando também, as possíveis intersecções com raça-etnia, classe e sexualidade. Tendo isso previamente definido, doravante utilizaremos os termos mulheres e homens, candidatos e candidatas de forma a harmonizar-se com as pesquisas sobre o tema e as informações oficiais sobre as eleições.

⁵ Questão de gênero será abordada por um viés interseccional, entendendo na categoria “mulheres” todas as mulheres (cis, trans, branca, negra, indígena, etc...).

Este estudo tem como objeto de pesquisa as eleições para a Prefeitura de Curitiba em 2020.

O jornalismo, assim como a política, são campos permeados constantemente pelas representações e expectativas atribuídas socialmente ao gênero. Essas relações generificadas precisam ser visualizadas e problematizadas, principalmente quando o tema se relaciona com as eleições e em especial nas eleições para o Poder Executivo no qual a desigualdade de representação entre homens e mulheres é evidente. A população⁶ brasileira tem mais mulheres do que homens, mas essa “maioria” não se reflete na ocupação dos cargos públicos eletivos. Esse cenário, de pouca incorporação das mulheres ao campo político tem explicações variadas e neste trabalho pretendemos discutir o papel do jornalismo na manutenção ou transformação desta realidade a partir da sua atuação em um recorte regional. Este estudo é relevante, pois busca contribuir para problematizar a baixa representatividade feminina nesse campo; é viável, pois as fontes estão acessíveis, assim como existe uma razoável produção teórica que reflete sobre o tema gênero/política/comunicação; e busca ter originalidade em analisar um acontecimento recente.

Nas eleições para a prefeitura de Curitiba em 2020 foram registradas dezesseis candidaturas, dentre elas dez candidaturas masculinas e seis femininas. As mulheres são: Christiane Yared (PL), Caroline Arns (Podemos), Marisa Lobo (Avante), Letícia Lanz (PSOL), Samara Garratini (PSTU) e Camila Lanes (PCdoB). Os homens são: Goura (PDT), Rafael Greca⁷ (DEM), Paulo Opuszk (PT), Fernando Francischini (PSL), João Arruda (MDB), Dr. João Guilherme (Novo), Professor Renato Mocellin (PV), Eloy Casagrande (Rede), Zé Boni (PTC) e Diogo Furtado (PCO)⁸.

⁶ Segundo o Censo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2010, as mulheres representam 51% do total da população brasileira e os homens 49%.

⁷ Vencedor do pleito, Rafael Greca foi reeleito em 2020 para mais quatro anos à frente do executivo municipal da capital paranaense.

⁸ Os nomes completos das candidatas e candidatos são: Christiane de Souza Yared, Caroline Arns de Santa Cruz Arruda, Marisa Lobo Franco Ferreira Alves, Letícia Lanz, Samara Garratini e Camila Cristina Lanes da Silva, Goura Nataraj, Rafael Valdomiro Greca de Macedo, Paulo Ricardo Opuszk, Fernando Destito Francischini, João José de Arruda Júnior, João Guilherme Moraes, Renato Mocellin, Eloy Fassi Casagrande Junior, José Maria Boni e Diogo Tadao Hara Furtado. Mas iremos utilizar os nomes eleitorais dos candidatos e candidatas durante o trabalho

Para dar conta dessa discussão, esse trabalho foi dividido em capítulos. O primeiro tópico do primeiro capítulo aborda os conceitos e estudos sobre o papel do jornalismo para a sociedade, partindo da história do jornalismo, até o momento em que a publicidade passou a integrar as redações após a revolução industrial tornando redações de jornais que eram consideradas pequenas em relação a tiragem e financiamento para terem visibilidade de possíveis anunciantes e se estruturar como uma empresa comercial, bem como, a forma como a Teoria Organizacional implica no dia a dia das redações e o papel de educador do jornalismo frente à política nacional e regional. Também, partindo do conceito de interesse público e no papel fundamental que ocupa frente à qualidade e transmissão da informação para a população e desenvolvimento de opinião tendo em vista questões de decisões políticas. O objetivo com essa discussão inicial é apresentar uma visão geral para nos aprofundarmos nos temas seguintes.

No segundo tópico do capítulo nos debruçamos sobre a relação do jornalismo com a política e o poder que emana nas decisões democráticas. No tópico seguinte exploramos a relação dos papéis de gênero na política de maneira histórica, e de que forma as mulheres se aplicam nesse cenário atual, principalmente, nas eleições para a prefeitura de Curitiba em 2020. E, por fim, no quarto tópico do primeiro capítulo buscamos discutir conceitos de democracia, eleições e representatividade. O segundo capítulo apresenta uma análise dos veículos objetos deste estudo, uma explicação e desenvolvimento a respeito dos espectros político-ideológicos. Enquanto o último capítulo apresenta a análise quantitativa e qualificativa, bem como a análise comparativa de 192 matérias encontradas nos sites com base na metodologia e categorias escolhidas.

2 METODOLOGIA

Foi escolhido para o desenvolvimento do trabalho os jornais Gazeta do Povo, por ser um dos mais antigos e de alcance considerável, e Plural, por ser um veículo de comunicação independente e recente. Para acessarmos e posteriormente analisarmos as matérias, utilizamos a ferramenta de busca dos sites com as palavras chaves “eleições 2020” e “eleições 2020 Curitiba”, e as buscas foram feitas no prazo de oito dias. No total, após esse levantamento por meio das palavras chaves foram levantadas 192 reportagens para análise de conteúdo que foi realizada por meio de leitura de cada publicação no período de 2 meses. Foi estipulado e delimitado matérias que fossem relevantes para a corrida eleitoral e sobre as eleições de 2020, de maio até final do mês de novembro.

Com o objetivo de analisar as publicações, foi utilizada a discussão teórica metodológica de análise de conteúdo, pesquisa bibliográfica e documental. Para o desenvolvimento e busca das informações para uma análise quantitativa e qualitativa, foram selecionadas seis categorias de análise: (I) gênero textual (se a matéria se tratava de entrevista no formato estilo pingue pongue, se era uma nota jornalística, reportagem, perfil de candidato, artigo de opinião); (II) título (se na chamada o título continha o nome do candidato da matéria. Se outro candidato era mencionado no título de alguma entrevista de um candidato específico); (III) violência política de gênero (de que forma as mulheres foram mencionadas, se utilizaram de estereótipos, se foi baseado apenas nos parentes familiares, etc...); (IV) quantidade de vezes a candidata ou candidato tiveram espaço nos veículos de comunicação no período observado; (V) preferência voltada ao espectro político do veículo (se de alguma forma o veículo mencionou um número maior de projetos de determinado viés político ou se as matérias de explicação de propostas de governo o veículo se atentou apenas em polarização de “esquerda” e “direita”); (VI) abordagem da pauta como um todo.

A publicação que serviu como base metodológica foi o livro “Análise de conteúdo” de Laurence Bardin. Outra base de publicação para o desenvolvimento dessa pesquisa foi o artigo “Análise de conteúdo”, de Wilson Corrêa da Fonseca, que integra o livro “Métodos e técnicas de pesquisas em comunicação”, dos organizadores Jorge Duarte e Antônio Barros. De acordo com o autor, a análise de

conteúdo é um método usado para a investigação, partindo de um conjunto de instrumentos e técnicas de pesquisa. Esse método vem sendo utilizado desde o século XVIII, onde pela primeira vez, foi utilizado pela corte suíça que analisou os “Cantos de Sião”. Durante os anos se modificou, mas ainda possui três características fundamentais. Uma delas é que o método é sempre vinculado a fatos, dados e elementos imutáveis. O outro é que conseguimos fugir das noções prévias, ou seja, um método que permite a transcendência do senso comum. E, por fim, o diferencial de ser um método próprio.

A análise de conteúdo é sistemática porque se baseia num conjunto de procedimentos que se aplicam da mesma forma a todo o conteúdo analisável. É também confiável – ou objetiva – porque permite que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens, possam chegar às mesmas conclusões. (LOZANO, 1994, apud FONSECA JUNIOR, 2005, p. 286)

Outro aspecto fundamental é que por meio do método escolhido nesta monografia, é possível obter resultados que façam sentido dentro da proposta justamente pelas categorias escolhidas de comparação dos veículos e forma de abordagem das candidatas e candidatos. “O pesquisador tem que fazer dentro da sua própria sociedade, procurando olhá-la com outros olhos, olhos de estrangeiro em busca de significados” (TRAVANCAS, 2010, p. 100).

Ainda, por meio do método, iremos utilizar conceitos teóricos, dados, aspectos históricos e sociais, para levantar informações pertinentes em torno do objeto estudado. A metodologia escolhida é comumente utilizada em pesquisas e é preciso se atentar às etapas qualitativa e quantitativa. Na modalidade qualitativa pode-se invocar explicação e ou exploração do assunto pesquisado e levantado previamente por meio do quantitativo (DUARTE, 2008).

Portanto, podemos perceber que a análise de conteúdo, nesse cenário, configura-se como uma escolha assertiva para o desenvolvimento desta monografia. Por meio dessa opção metodológica, bem como da pesquisa bibliográfica e documental, entende-se ser possível a realização de uma análise detalhada dos conteúdos produzidos pelos veículos de comunicação Gazeta do Povo e Plural e ainda verificar se os espectros políticos ideológicos ou as preferências em relação ao gênero são percebidas. O método vai ser crucial, pois em uma das categorias de análise, propõe-se verificar a quantidade de vezes em que os candidatos e candidatas aparecem na cobertura. Em outra

categoria, analisam-se, por exemplo, quais características sobre as mulheres são valorizadas. Nesse cenário, será que eles abordam a carreira ou a vida pessoal? E, se abordarem, nas matérias dos candidatos homens, percebemos a mesma abordagem? Dentre outros possíveis questionamentos a serem respondidos pela metodologia e segmentação da pesquisa.

3 FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO

O jornalismo tem como sua função primordial o ato de informar. Assim como utilizar do espaço da produção de informação para dar visibilidade e representatividade a minorias, além de ser pluralista em seus discursos (TRAQUINA, 2005). Ao passar dos anos, as temáticas abordando o papel social do jornalismo na comunidade inserida e, principalmente, a relação da cidadania com o fazer jornalismo vem sendo abordada e discutida. Para Nilson Lage (2001) e José Marques de Melo (2012), o ato de produzir e guardar conhecimento, desde seu início, vêm se especializando.

Na história do jornalismo o ato de trabalhar em redações sofreu alterações após a Revolução Industrial, com o surgimento do mercado para os jornais. Ou seja, nesse período as redações passaram a contar com máquinas que otimizaram o tempo de produção, a publicidade passou a fazer parte do dia a dia dos jornais trazendo a parte financeira para as redações ou, ainda, empresas. Em um primeiro momento, o jornalismo foi pensado apenas na produção das notícias enquanto umas das funções prioritárias da área, sem ter interferências. Mas, muitas vezes na prática e com essas transformações devido a industrialização, essas notícias que fazem parte de um sistema capitalista, passaram a se ver na seguinte situação: a disponibilidade de uma cobertura específica é orientada pelo preço da notícia. (TRAQUINA, 2005).

Para o autor, uma das correntes do jornalismo que contribui para essa análise e discussão é a Teoria Organizacional, observada a partir da perspectiva em que as características comerciais dos veículos de imprensa como empresas jornalísticas acabam influenciando as ações e decisões dos jornalistas no processo de seleção e redação de notícias. Aspectos como os levantados acima, de que o jornalismo é uma empresa que visa lucrar, vieses de determinados espectros político-ideológicos, assim como escolhas de editoriais e abordagens nas matérias com direcionamento mais conservador ou progressiva, são os indícios de que em uma cobertura de eleição para prefeitura municipal, é possível não haver espaço, qualidade e quantidade de matérias de maneira equitativa para mulheres e homens, (cisgênero, transgênero e não binários).

É esse o cenário em que o jornalista se vê em conflito, pois é preciso ter ética e seguir com a função social do jornalismo para com a sociedade, assim como é preciso responder aos superiores e as demandas das empresas.

O jornalista é, ao mesmo tempo, funcionário de uma empresa capitalista, responsável pela produção de uma mercadoria (a notícia) submetida às leis de mercado; e uma espécie de contra-poder, cuja autoridade, delegada pela sociedade, lhe permite fiscalizar as instituições em nome do interesse público. (PEREIRA, 2004, p 32)

Embora o jornalista esteja inserindo nesse cenário do capitalismo a discussão acerca do seu papel na sociedade merece ser destacada. Ou seja, o profissional de jornalismo que não enxerga em seu trabalho apenas a mera execução e direcionamento do político-ideológico e financeiro, cabe se desenvolver nas habilidades de agir e refletir sobre a realidade concreta, sobre o mundo. Segundo Cremilda Medina, pelo papel social que está investido, “[...] sua função é estabelecer pontes na realidade dividida, estratificada em grupos de interesse, classes sociais, estratos culturais e faixas até mesmo etárias” (1982, p. 22).

Algumas funções primordiais do jornalismo, são dar visibilidade a causas sociais, ser uma espécie de guardião e vigiador do poder público, levar para a sociedade informações relevantes e de interesse público, mas também, cumprir um papel educacional em relação à política, economia e outros assuntos cruciais para a formação, desenvolvimento e manutenção das democracias. (TRAQUINA, 2004). Afinal, o jornalismo é um elemento constitutivo dessa realidade e demanda de um poder de espaço para vozes e fala, sendo assim relevantes na cobertura jornalística política, pois os espaços destinados de maneira igualitária para candidatas e candidatos oferecem oportunidades iguais e, de certa forma, auxiliam na preservação da democracia, além de cumprir com o papel social do jornalismo.

Segundo Bourdieu, “as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulados pelos agentes” (1998, p. 11).

Jornalismo e cidadania são conceitos interligados historicamente (MELO, 2012). Até porque o mesmo deve ser considerado não só como uma instituição, mas também como instituição política; em outras palavras, os jornalistas são atores

políticos, segundo o capítulo “The political news media” do livro “Governing with the news: the news media as a political institution”.

3.1 JORNALISMO POLÍTICO

A história da política no Brasil começa não muito diferente dos dias atuais. Um país explorado, com alto índice de desigualdade social e política sendo utilizado para interesses próprios (SCHWARCZ, 2019).

A metáfora das três raças definiria, por um longo tempo, a essência e a plataforma do que significava fazer uma história *do e sobre* o Brasil. Ou melhor, um certo Brasil, uma determinada utopia, com a qual convivemos até os dias de hoje como se fosse realidade. Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característico de governos autoritários que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder. [...] Além da metáfora falaciosa das três raças, estamos acostumados a desfazer da imensa desigualdade existente no país e a transformar, sem muita dificuldade, um cotidiano condicionado por grandes poderes centralizados nas figuras dos senhores de terra em provas derradeiras de um passado aristocrático (SCHWARCZ, 2019, p. 19).

É nesse cenário que a atuação do jornalismo faz parte da construção e manutenção da democracia. Com o surgimento do jornalismo e posteriormente, o desenvolvimento de reportagens acerca de política, afirma-se que as relações do jornalismo com a política sempre foram muito estreitas. Até 1940, a maioria dos veículos de comunicação eram ainda essencialmente instrumentos de ação política. Pequenos e com poucos recursos financeiros para se manter, nesse período os jornais eram “porta-vozes” do governo ou de grupos políticos que financiavam esses jornais.

Em 1950 a situação passou a se modificar gradativamente. Nesse período os jornais passaram a adquirir vieses de político-literário, portanto a preocupação com a informação objetiva e imparcial, e separando editorialmente da parte de opinião, passou a ser uma realidade. Sendo assim, a imprensa passou a ser vista como um local neutro e independente. Com os anos as regras de redação foram alteradas e adquiriram nova forma de escrita visando a imparcialidade. Estilo direto, sem uso de metáforas, uso de terceira pessoa se tornou obrigatório, o modo verbal passou a ser preferencialmente o indicativo, adjetivos, reticências e ponto de exclamação deixaram de ser utilizados (LAGE, 1985). É nesse momento que o

jornalismo passou a ser visto como um espelho⁹ da sociedade. Embora exista essa realidade, a verdade é que por conta da falta de subsídios, os jornais dependiam de subvenções para garantir sua existência. Mesmo com o desenvolvimento industrial do país a partir de 1950, publicidade e sistema financeiro se desenvolvendo, ainda levará um tempo para que o campo jornalístico adquira autonomia em relação à política.

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa minimizou a importância da participação do público no testemunho de acontecimentos, especialmente, na esfera política. O jornalismo passou a compensar essa falta, partindo do relato do fato para os cidadãos, e adquiriu uma função de relevo na política. A partir de eventuais acontecimentos e especialização do jornalismo político, surgiu o que muitos chamam de “quarto poder”. No sistema democrático, o jornalismo precisa informar sem se preocupar com censura, ser ferramenta para defender os direitos dos cidadãos e, principalmente, vigiar o poder (TRAQUINA, 2005). Ou seja, destacam-se as funções do campo jornalístico de fiscalização dos agentes políticos e investigador de irregularidades. Sendo assim, busca-se fornecer informações relevantes para que a população se depare e tenha conhecimento de assuntos e temáticas que são de relevância social e de interesse do público (DAHL, 2005). É nesse viés que a partir do momento em que o jornalismo oferece informações corretas para que a população possa vir a tomar decisões, ele se torna um dos elementos para a manutenção da democracia.

Albuquerque (2009) explica que para entender o quarto poder, é preciso dividi-lo em três formas. 1) O modelo *Fourth Branch* remete à divisão dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Garante à imprensa um papel de publicização de certos temas ao invés de outros, assim, formando a agenda pública. (ALBUQUERQUE, 2009). 2) O modelo *Fourth State* não aplica a ideia de “quarto poder” como alternativa aos outros poderes. A imprensa ao ocupar esse papel representa os interesses do restante da sociedade, ou seja, tornar público temas que antes só eram discutidos no parlamento. O prolongamento desse modelo originou o termo conhecido como “cão de guarda”, uma imprensa que, a princípio,

⁹ Teoria do Espelho: pregava que o jornalismo de informação deveria separar os fatos das opiniões. Deveria ser um mero observador da realidade e relatar os fatos com equilíbrio e isenção. O jornalista como reflexo da sociedade.

é dependente de grupos dominantes, mas que pode vir a ser crítica dependendo da necessidade. (ALBUQUERQUE, 2009). 3) O último modelo Poder Moderador se refere a divisão dos três poderes, e propõe que o quarto poder seja neutro “*pouvoir royal*”. Seja como for, o jornalismo ocupa uma função de fiscalizador dos órgãos públicos, e faz a conexão com a sociedade por meio da informação. Afinal, o jornalismo deve colaborar para que a diversidade e as vozes de todas as perspectivas, sejam concretizadas e vistas. Nesse sentido, não existe democracia sem cidadania e jornalismo sem ambas. (TRAQUINA, 2012). O autor, ainda, acredita que a partir da teoria democrática o jornalismo “deve ser um veículo de informação para equipar cidadãos com ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e voz na expressão [...]” (TRAQUINA, 2012, p. 130-131).

Em um país desigual como o Brasil (SCHWARCZ, 2019), o jornalismo atua no campo da representação. Embora política e mídia fazem parte de campos independentes, ao mesmo tempo, interferem uma na outra. O autor aponta que existe um ciclo em que os prejudicados pela desigualdade social possuem dificuldade de serem representados, justamente por conta da ausência nos processos decisórios. Nesse sentido, aborda-se a falta de representação feminina nos cargos políticos, tanto no Executivo quanto no Legislativo, apesar de haver maior índice populacional de mulheres no país.

Para falar sobre mulheres na política é preciso analisar os direitos da cidadania voltado às mulheres para entender o processo de mudanças políticas e inclusão das mesmas em cargos eletivos (AVELAR, 2001). Barsted (2011) aponta que o reconhecimento dos direitos humanos nesse momento sofreu avanços quanto à trajetória feminina. O voto feminino só foi possível pois articulações políticas de movimentos feministas em países diferentes, denunciando a sociedade aconteceu. “A luta para reverter tal situação incluiu um notável esforço voltado para a produção legislativa de instrumentos internacionais e nacionais. Essa luta é tributária de um processo histórico voltado para a ampliação do próprio conceito de cidadania” (BARSTED, 2011, p.97). No Brasil, somente em 24 de fevereiro de 1932, as mulheres passaram a ter o direito ao voto.

Quanto a entrada efetiva na política enquanto participantes políticas, segundo Grossi e Miguel (2001), foi realizada por meio da participação de movimentos sociais e sindicatos, ou por meio de relacionamentos familiares,

parentesco com homem já inserido na política. Ou seja, o processo para a conquista ao voto, e posteriormente a integração ao cenário político nacional, teve como a muleta dos acontecimentos a natureza das relações da sociedade machista e patriarcal. Isso se amplia quando é observado o estereótipo utilizado como forma de representação da mulher no Brasil, fruto da sociedade patriarcal, como afirma Flávia Biroli (2010). Para a autora, a relação da mulher no ambiente privado, é relacionada com características emotivas e corporais, dessa forma, tirando a qualificação em relação a uma postura de comando, no que se refere a realização de decisões.

O desinteresse pela política, a falta de habilidade para o exercício de cargos públicos e o não pertencimento à esfera política são, assim, conectados em um conjunto de discursos que atendem a uma regularidade sem que se apresentem de forma homogênea. A oposição entre, de um lado, feminino e espaço privado, e, de outro, masculino e espaço público, [...], está na base desses estereótipos, confirmando divisões e hierarquias que colaboram para a marginalização das mulheres da e na esfera política. (BIROLI, 2010, p. 05).

Os estereótipos de gênero se baseiam nos seguintes conceitos: a atividade pública pertence ao masculino, enquanto a atividade privada e do lar, pertence ao feminino. Ou seja, as mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas e familiares. No que se refere ao homem as responsabilidades e habilidades são o trabalho profissional, liderança e agressividade (BIROLI, 2010). Os autores ainda afirmam que esses estereótipos de gênero são reforçados pela imprensa, assim como o marketing das campanhas políticas. Essa discussão auxilia no entendimento do tema que envolve política, gênero e jornalismo.

Atualmente no Brasil, nas eleições do Executivo em 2020, a representação feminina em cargos eletivos é de 658 ou 11,8% em relação aos 5.570 municípios do país. Apenas 9 mulheres foram eleitas prefeitas nas 96 cidades mais importantes do Brasil. No Legislativo, das 77 parlamentares eleitas em 2018, totalizaram menos de 15% dos parlamentares. Esse número significou um aumento de 51% quando comparada a eleição de 2014, na qual, foram eleitas somente 51 mulheres para esta casa. A maior parte do eleitorado brasileiro é formado por mulheres, mas isso não tem acelerado o processo de uma representação equitativa entre homens e mulheres. Segundo as informações do Cadastro Eleitoral, as mulheres são mais de 77 milhões de eleitoras em todo o Brasil, o que representa

52,5% do total de 147,5 milhões de eleitores. Embora seja um cenário positivo, há muito o que ser melhorado em termos de equidade e espaço nos âmbitos políticos.

3.2 GÊNERO

Os discursos normatizados do “lugar” adequado para as mulheres foi largamente explorado pelo pensamento masculino no mundo ocidental. Na filosofia¹⁰, Rousseau defendia a ideia de que homens e mulheres ocupando os mesmos espaços seria uma forma de “promiscuidade civil”. Afirmava que, “pela própria lei da natureza, as mulheres, tanto por si mesmas quanto por seus filhos, estão à mercê do julgamento dos homens” (ROUSSEAU, 1999, p. 502). Ou seja, defendia a ideia de que a presença das mulheres nos espaços políticos ou de erudição indicava uma subversão dos valores da família.

A família seria apontada como o lugar das mulheres, mas não como um posto de autoridade, afinal, o homem deveria ser a cabeça da casa. Por isso o filósofo político afirma: “Eu preferiria ainda cem vezes uma moça simples e educada rudemente a uma moça erudita e intelectual que viesse estabelecer em minha casa um tribunal de literatura de que se faria presidente” (ROUSSEAU, 1999, p. 572-573).

Assim, deveriam ser desprovidas de autoridade e intelectualidade e deixar as decisões políticas e da organização da sociedade civil para homens. Pois “uma mulher intelectual é o flagelo de seu marido, de seus filhos, de seus amigos, de seus empregados, de todo mundo” (ROUSSEAU, 1999, p. 573).

Para este trabalho não cometer anacronismo, é necessário situar o pensamento do autor no século XVIII e considerar que havia limites para reflexão sobre os lugares adequados aos homens e mulheres, mas admitir o tempo espaço do autor, não é suficiente para ser aceito o pensamento como única possibilidade. É possível contrapor as ideias de Rousseau as de Olympe de Gouges¹¹, sua

¹⁰ Rousseau foi um importante filósofo francês do século XVIII que buscou, no livro V de sua obra *Emílio ou Da Educação*, apontar o tipo ideal de mulher, tomando como exemplo Sofia. (ROUSSEAU, 1999)

¹¹ “Olympe de Gouges, nascida em Montauban, na França, em 1748, foi escritora e dramaturga. Muitas vezes, seus textos são tratados como obras inaugurais do feminismo. Ao lado da escritora inglesa Mary Wollstonecraft, De Gouges figura, até hoje, como autora de textos imortais. Ambas contemporâneas do tempo das luzes e da fé na razão, questionavam a universalidade dos sujeitos de direitos que emergiram das revoluções do século XVIII.” (GOUGES, 2020, p 10)

contemporânea, que escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã em oposição a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Suas ideias de liberdade e igualdade podem ser verificadas nos primeiros artigos da Declaração:

Artigo Primeiro A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum. II A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão. (GOUGES, 2020, p. 36)

Todavia, como afirma Rachel Soihet (2002), os atos de subversão feminina são formas de luta contra a dominação e são, frequentemente, punidos com violência. Vivendo no período do terror da Revolução Francesa, a autora de panfletos políticos defendia suas ideias sobre a importância da participação das mulheres na vida pública e teve sua voz silenciada pela guilhotina em 1793, condenada como contrarrevolucionária e denunciada como uma mulher desnaturada. “Antes de ser executada, Olympe repetiu uma frase que já tinha divulgado em panfleto: Se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna”. (VILLAMÉA, 2016, s/p)

Também no século XVIII, Mary Wollstonecraft reivindicava o direito à educação erudita para as mulheres, pois em sua perspectiva a incapacidade racional atribuída às mulheres como principal razão para sua exclusão dos espaços públicos, derivada da falta de acesso destas à educação adequada. (PERROT, 2019)

Se a política é um espaço adequado para as mulheres, foi uma das questões que estiveram presentes nos debates e aumentaram o medo nos grupos de homens detentores do poder em diversos períodos. No século XIX também se posicionaram contra as mulheres ocuparem os espaços públicos, políticos e de erudição autores como Proudhon e Comte¹².

Proudhon sustentou que a igualdade política dos dois sexos era algo contrário à consciência humana e à natureza.

¹² Pierre-Joseph Proudhon foi um filósofo e político do século XIX, francês que influenciou com sua obra o pensamento anarquista. Auguste Comte foi um filósofo positivista francês que viveu no século XIX e escreveu sobre a organização social e a moral. Suas ideias influenciaram as políticas públicas do final do XIX e início do XX em diversos países.

Mesmo num contexto em que algumas mulheres passavam a defender abertamente maior igualdade e o direito de ocupar espaços até então dados como exclusivos para os homens, Proudhon assume claramente o front ao lado da reação. Dedicou seu 'A Pornocracia ou as mulheres nos tempos modernos' para desqualificar escritoras da época que, em oposição às suas ideias, buscavam direitos negados ao gênero. Afirmando querer dignificar a mulher, Proudhon defende diversas ideias que vão desde a necessidade de a mulher permanecer exclusivamente no espaço doméstico como mantenedora afetuosa do lar até a defesa apaixonada de uma suposta inferioridade não apenas na constituição física, como intelectual das mulheres. Reforça a ideia das diferenças entre os gêneros, atribuindo ao masculino a qualidade da força e intelectualidade e ao feminino a beleza. (PENNA, 2017, p. 17)

Mas essas ideias conservadoras não impediram que as mulheres fizessem oposição a este pensamento e procurassem divulgar suas ideias por meio da escrita, o século XIX e XX foi palco de diversos jornais e revistas femininas e feministas (PERROT, 2019).

Essa busca das mulheres por direitos iguais, nos diversos espaços sociais, foi a base para a organização do feminismo como um movimento social, com pautas que marcaram as diversas fases e segmentos em seu desenvolvimento¹³. Segundo Soihet e Pedro (2007) é impossível separar o campo dos estudos de gênero do desenvolvimento do movimento feminista inicialmente e, depois, dos variados feminismos. Segundo elas, ao analisarem as obras publicadas a partir da década de 1980 sobre o tema foi possível observar que a forma como as categorias 'mulher', 'mulheres' e 'relações de gênero' têm sido alvo de discussões, apropriações e disputas.

Ao abordar a disputa no campo das humanidades e da produção historiográfica, para Joan Scott "mais importantes contribuições das historiadoras feministas foi o descrédito das correntes historiográficas polarizadas para um sujeito humano universal" (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 286).

¹³ A primeira fase do movimento feminista costuma estar situada no final do século XIX e início do XX congregando pautas sobre o direito de voto e trabalho para as mulheres. A segunda fase costuma ser apontada após os anos 60 e é considerada uma verdadeira explosão de lutas pelo direito ao corpo, sexualidade e direitos iguais. A terceira fase após os 80 têm enfatizado as pautas interseccionais e a pluralidade dos feminismos. Segundo Soihet e Pedro "à explosão do feminismo, a partir de fins da década de 1960, tiveram papel decisivo no processo em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres. Nos Estados Unidos, onde se desencadeou o referido movimento, bem como em outras partes do mundo nas quais ele se apresentou, as reivindicações das mulheres provocaram uma forte demanda por informações, pelas estudantes, acerca de questões que estavam sendo discutidas. Ao mesmo tempo, docentes mobilizaram-se, propondo a instauração de cursos aos estudos das mulheres" (2007, p. 285-286).

A compreensão de que a categoria homem (universal) excluía as mulheres, foi fundamental para este campo de estudo. Mas ao se oporem a categoria universal “homem” acabaram por defender a categoria, também universal, “mulher”. A questão central estava na limitação desta proposta, pois assim como os homens não eram todos iguais, as mulheres também divergiam em raça-etnia, classe, faixa etária, orientação sexual etc. O que se buscava questionar era a diferença utilizada para justificar as desigualdades entre homens e mulheres, mas percebeu-se que era preciso questionar também a diferença dentro da diferença (SOIHET, PEDRO, 2007).

A política de identidade dos anos 80 trouxe à tona alegações múltiplas que desafiaram o significado unitário da categoria das “mulheres”. Na verdade, o termo “mulheres” dificilmente poderia ser usado sem modificação: mulheres de cor, mulheres judias, mulheres lésbicas, mulheres trabalhadoras pobres, mães solteiras, foram apenas algumas das categorias introduzidas. Todas desafiavam a hegemonia heterossexual da classe média branca do termo “mulheres”, argumentando que as diferenças fundamentais da experiência tornaram impossível reivindicar uma identidade isolada. (SCOTT, 1992, p. 87)

Assim, observa-se a relação entre a vida cotidiana das mulheres, de sua luta enquanto movimento social e a própria evolução da teoria que buscava explicar as desigualdades destas em relação aos homens e no interior dos grupos de mulheres. Outra grande contribuição vinda do campo da história das mulheres foi sua reflexão sobre a própria compreensão do que era História, pois afirmavam que ao inserirem as mulheres na História, além de contestar o sujeito masculino universal, também propunha que o conteúdo da história mudava. Ou seja, tudo o que se conhecia deveria ser questionado e se possível analisado de forma a compreender as relações de poder que marcam as relações de gênero.

Problematizando os conceitos de identidade e experiência, as feministas que utilizam a análise pós-estruturalista apresentaram interpretações dinâmicas do gênero que enfatizam a luta, a contradição ideológica e as complexidades das relações de poder em mutação. (SCOTT, 1992, p. 91)

Ao abrirem esse debate os estudos sobre as mulheres criaram as condições para os estudos de gênero, ainda que o desenvolvimento do segundo não eliminou o primeiro.

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas dessas teorias construíram sua lógica sob

analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda preocuparam-se com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como o meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos, não tinha aparecido. (SCOTT, 1995, p. 85)

Nesta busca por modelos teóricos e categorias que pudessem proporcionar uma melhor compreensão da realidade social, o gênero se apresenta como uma possibilidade. Segundo Scott, “o termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens.” (SCOTT, 1995, p 85)

Ao analisar a trajetória do conceito e das pesquisadoras feministas, Piscitelli afirma que,

As autoras contestam a validade dos modelos que buscam analisar e explicar as transformações históricas pressupondo, por exemplo, a continuidade de certas estruturas e/ou instituições. Elas questionam, também, as abordagens que formulam uma compreensão da diferença tendo como referência um Outro exógeno, externo, procedimento que mantém o princípio de uma unidade e coerência cultural interna. Essas teóricas trabalham com a ideia de dissolução do sujeito universal autoconsciente; valorizam a linguagem e o discurso como práticas relacionais, que produzem e constituem as instituições e os próprios sujeitos como sujeitos históricos e culturais e compreendem, enfim, a produção de saber e significação como ato de poder. (PISCITELLI, 2008, p. 265)

No Brasil, um marco importante nesse desenvolvimento foi a publicação em 1990, pela Revista Educação e Realidade, da tradução de um artigo da historiadora norte-americana Joan Scott: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Em sua retórica, a autora defendeu uma outra compreensão sobre a relação do sujeito histórico e as relações sociais acompanhado de uma ressignificação do poder. Segundo ela, “precisamos substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos ‘campos de força’.” (SCOTT, 1995, p. 86)

Sua definição de gênero foi construída sobre duas ideias, a primeira afirma que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86) e a segunda, estabelece uma relação direta entre as relações generificadas e os processos de dominação pois

“o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Em sua proposta a autora alerta para existência de quatro elementos que devem ser observados ao considerar gênero como uma categoria de análise.

Primeiro – símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) [...]. Segundo – conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino. (SCOTT, 1995, p. 86)

Alerta ainda para a importância deste campo de pesquisa desconstruir a falsa ideia de eternidade dessa oposição binária. Ou seja, como um terceiro elemento, afirma que devemos “explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros.” (SCOTT, 1995, p. 87)

O quarto elemento apontado pela autora tem sido o mais discutido na contemporaneidade. Para ela é importante considerar também que o gênero implica uma construção subjetiva das identidades. A autora alerta para o caráter de legitimação que esses elementos buscam implantar. Então, precisamos observar como os discursos apresentam elementos que justificam formas de exclusão e ou desigualdades ancoradas em representação de naturalidade para criar ou manter determinados arranjos de gênero. Desta forma, o desafio atual ultrapassa a observação das masculinidades e feminilidades plurais, pois implica em considerar, como o gênero se insere nas relações interseccionais de classe, raça-etnia, sexualidade (PISCITELLI, 2008), situado em um contexto de país colonizado (SPIVAK, 2018).

Mas é importante compreender que estas teorias que sustentam os estudos de gênero e suas ramificações e interseccionalidades não formam um todo homogêneo como afirma a socióloga Adriana Piscitelli.

No debate internacional, o final da década de 1990 está marcado pela emergência de categorias que aludem à multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social. São as categorias de articulação e as interseccionalidades (intersectionalities). Algumas autoras optam por um desses conceitos (McKlintock, 1995; Crenshaw, 2002). Outras utilizam alternativamente ambos (Brah, 2006). Na década de 2000, a utilização dessas categorias está amplamente difundida.

Contudo, assim como aconteceu com o conceito de gênero, essas categorias adquirem conteúdos diferentes segundo as abordagens teóricas das autoras que com elas trabalham. (PISCITELLI, 2008, p. 263)

Desde os escritos de Joan Scott (1995) já se podia encontrar a crítica sobre as escolas que ao buscarem trabalhar com diversas categorias, acabavam por privilegiar uma delas em detrimento das outras. Era, segundo a autora, o caso das feministas marxistas que ao trabalhar com gênero e classe, atribuíam maior importância aos aspectos econômicos na explicação da realidade. Mas a própria Scott também foi criticada por enfatizar desigualmente as diversas categorias em sua análise.

Algumas das autoras que se envolveram nas reformulações críticas do conceito de gênero enunciaram a importância de considerar conjuntamente classe, raça e gênero. Entretanto, elas continuaram privilegiando a categoria gênero. Joan Scott (1988), por exemplo, afirma que, como feminista, seu compromisso é, sobretudo, com o saber sobre a diferença sexual. Nesse sentido, segundo ela, com base em sua proposta analítica, seria possível fazer emergir uma nova história que redefiniria novas questões, em conjunção com uma visão da igualdade que também incluísse classe e raça. Entretanto, ela não faz uma tentativa maior de elaboração que articule essas diferenciações. (PISCITELLI, 2008, p. 265)

Não pretendemos neste trabalho demonstrar um amplo domínio das complexidades que envolve o debate sobre este campo de estudo, mas por meio deste seguir indicações importantes para compreensão do conceito de gênero e que nos permita a utilização no contexto específico desta pesquisa.

Neste sentido será importante observar como os discursos podem apresentar, modelos idealizados de feminilidades e masculinidades que se relacionam com padrões de normatividade sobre a sexualidade, com silenciamento da questão étnico-racial ao naturalizar modelos de dominação que foram construídos pelo ideário colonizador.

Neste sentido será importante observar como os discursos podem apresentar, modelos idealizados de feminilidades e masculinidades que se relacionam com padrões de normatividade sobre a sexualidade, com silenciamento da questão étnico-racial ao naturalizar modelos de dominação que foram construídos pelo ideário colonizador.

Os estudos pós-coloniais têm apontado a importância do binômio capitalismo/colonialismo na compreensão das estruturas e das identidades dos sujeitos dos países colonizados. Dentre estas produções, na década de 1980, os

subaltern studies se tornaram conhecidos fora da Índia, especialmente através dos autores Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak (BALLESTRIN, 2013). Ao denunciar a relação de dominação que se encontra no silenciamento de diversos grupos colonizados, estes estudos indicam que “a relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas” (BALLESTRIN, 2013, p. 91).

Gayatri Chakravorty Spivak ficou conhecida pelo seu questionamento sobre como as narrativas históricas são construídas. Inserida nos estudos pós-coloniais, a autora questiona o impedimento ou dificuldades dos grupos subalternizados poderem falar. Para a autora não existe uma história única singular e verdadeira, ou seja, considerar que só existe a versão dos vencedores da história é um equívoco e uma violência epistêmica. Do mesmo modo que não existe uma história única, também não existe um sujeito único, Universal e masculino.

Ela revela assim o sujeito subalterno, aquele que não é ouvido, que não tem espaço de fala. “São as camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros do estrato dominantes” (SPIVAK, 2010, p. 12). Os sujeitos são silenciados a todo momento e uma forma de silenciamento é a representação. Segundo ela, os subalternos só poderão falar quando eles puderem falar em sua própria língua, com seus próprios esquemas explicativos e utilizando sua própria cultura. Ainda, em suas análises, ela defende a tese de que a marginalidade do subalterno é mais arduamente imposta ao gênero feminino, posto que a “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (SPIVAK, 2010, p.15).

Após essas considerações ainda é necessário refletir sobre sua aplicação no campo político. Afinal, esse espaço tem sido contundentemente dominado pela participação masculina (PERISSINOTTO, 2007; LOURENÇO 2019; NORRIS, 2013; BIROLI, 2010). Os estudos que buscam observar quem são os escolhidos para os cargos públicos eletivos têm enfatizado que o status social é moldado por diversos aspectos e um deles implica as representações sobre as capacidades e qualidades indicadas desigualmente ao gênero.

Neste contexto, o jornalismo tem sua parcela de contribuição para a manutenção das desigualdades. Segundo Birolí,

Além de reduzida e concentrada em poucas mulheres, a presença feminina nos noticiários é acompanhada por estereótipos e compreensões marcadamente redutoras sobre a participação política feminina. Uma nota não assinada na seção “Contexto” da revista *Veja*, publicada em 26 de julho de 2006 (p.48), é um exemplo. Intitulada “Política é coisa de homem?”, a nota explica que “de acordo com a lei eleitoral, os partidos políticos devem reservar 30% das vagas a que têm direito nas eleições para mulheres que querem ser candidatas”. Essa explicação é acompanhada da afirmação de que a regra “não tem respaldo na realidade” porque “o interesse feminino pela política é muito menor do que o masculino”. Segundo a revista, o fato de 88% dos candidatos a deputados federais nas eleições de 2006 terem sido homens permitiria constatar esse desinteresse – nada é dito, obviamente, sobre o fato de que esse percentual se amplia quando se trata de observar a representação dos candidatos homens nas revistas: no caso, aproximadamente 95% das candidaturas presentes no noticiário. (BIROLI, 2010, p. 282)

As relações de gênero fornecem a moldura que coloca homens e mulheres em certas posições estruturais, a despeito deles mesmos (BOURDIEU, 1990), que busca essa modalidade específica de dominação. A masculinidade e a feminilidade são encaradas como posições de sujeito, não necessariamente restritas a machos ou fêmeas biológicas. Assim,

aqueles que se dedicam ao ensino do pós-estruturalismo afirmam que o poder deve ser compreendido em termos dos processos discursivos que produzem diferença. [...] Como é produzido, legitimado e disseminado o conhecimento da diferença? Como as identidades são construídas e em que termos? (SCOTT, 1992, p. 90)

Após esses apontamentos podemos concluir esse capítulo retomando a discussão presente em seu início e afirmar que os estudos de gênero nasceram como uma busca de compreensão dos problemas denunciados nas lutas das mulheres, lutas feministas por participação igualitária na sociedade e principalmente, para o caso deste estudo, da luta por participação no espaço público compreendido aqui, como espaço da política.

Afinal, o gênero do aspirante a candidata e candidato tem influenciado o processo de formação, escolha e financiamento dentro dos partidos políticos no momento anterior e durante as eleições em todos os países com eleições democráticas (NORRIS, 2013), então, deve-se considerar esta variável na construção da estrutura de oportunidades. Neste sentido é que a literatura tem apontado para a diferença do local de homens e mulheres na competição política pois o gênero é uma categoria que remete às formas simbólicas, mas é também

um elemento da organização de relações de poder em instituições sociais (SCOTT, 1995) como igreja, escola, família, nos símbolos, valores e normas transmitidos por essas instituições.

Segundo Pesavento, a instância das representações é, em si, um campo de manifestação de lutas sociais e de um jogo de poder. Pois, "A autoridade de um discurso e a sua eficácia em termos de dominação simbólica vêm de fora: a palavra concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que o enuncia e pretende agir sobre o real, agindo sobre a representação desse real". (PESAVENTO, 1995, p. 18). Desta forma, o discurso torna-se fundamental para a construção da realidade social pois será por meio dele que as representações sobre gênero serão arquitetadas. A realidade social a que este projeto se propõe pensar será a construção do gênero na cobertura jornalística sobre a esfera da competição política.

3.3 DEMOCRACIA, ELEIÇÕES E REPRESENTATIVIDADE

Schumpeter (1984) e Dahl (1997) partem de uma concepção de democracia realista que considera o cidadão como um sujeito concreto que passa a maior parte do seu tempo nas relações de trabalho e forma sua opinião com base em uma comunicação que lhe é direcionada.

Para Schumpeter (1984, p. 328), "o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor" (1984, p. 328). Ainda, para este autor é importante considerar a forma como os cidadãos são cooptados pelas estratégias políticas, ou seja, a forma como eles são manipulados neste jogo. Para Dahl a participação dos cidadãos vai além das eleições pois considera a importância da organização dos grupos de pressão. Ou seja, os cidadãos devem participar do processo em diversos momentos, antes, durante e após eleição.

Partindo de uma concepção formal de igualdade, Dahl elabora o conceito de Poliarquia¹⁴. Para ele, a democracia deve ser pensada a partir da atuação plural de

¹⁴ A democracia política, chamada por Robert Dahl de "poliarquia", depende expressamente de algumas condições formais para sua existência, ou seja, condições básicas para a existência de um regime politicamente democrático. Neste, as autoridades são eleitas por meio de eleições livres e

grupos e instituições e deve ser avaliada segundo a capacidade de o regime responder às exigências que deles emanam. Ou seja, o regime será mais democrático se conseguir atender às diversas demandas, pois sua avaliação depende da “contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais” (DAHL, 1997, p. 25). Todavia,

devido às desigualdades de recursos, alguns cidadãos conseguem uma influência mais significativa do que outros sobre as políticas, as decisões e os atos do governo. Estas violações, infelizmente, não são triviais. Em consequência, os cidadãos não são iguais politicamente – longe disso – e, assim, o fundamento moral da democracia, a igualdade política entre os cidadãos, é gravemente violado. (Dahl, 2000, p. 201).

É nesse contexto que as eleições devem ser analisadas. Precisamos questionar em que medida os escolhidos para governar estão adequados para representar os interesses dos diversos grupos sociais. Ainda que não se possa garantir que uma mulher negra, militante do MST, umbandista e homossexual, eleita, irá defender os interesses das mulheres, dos desprovidos de terra, da população negra, dos praticantes das religiões afro-brasileiras e dos grupos LGBT, mas é mais provável que o faça se comparado a um homem branco, agropecuarista, protestante ou católico e heterossexual.

Autoras como Young também se insere neste debate e defende a ideia de que os grupos possuem como referenciais suas próprias experiências marcadas pelos privilégios que possuam ou não, no espaço que ocupam na estrutura social. Neste sentido, existiria um “ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam” (YOUNG, 2006, p. 164). Young nos propõe pensar a representação das mulheres por uma perspectiva social na qual, os “agentes que estão posicionados de forma semelhante, possuem constrangimentos ou habilitações semelhantes, modos particulares de expressão e afinidade, nas relações sociais” (YOUNG, 2000, p. 100).

Os limites desta definição formalista de democracia e assim como a sua possibilidade de aplicação, têm sido alvos de grande debate. Existe uma rica

justas, o sufrágio é inclusivo e universal, os cidadãos têm o direito de se candidatar aos cargos eletivos, há liberdade de expressão, informação alternativa e liberdade de associação. É necessária também a existência de mecanismos que possibilitem a responsabilização das pessoas que ocupam cargos públicos, sejam eleitos ou não, por seus atos à frente das instituições do Estado, sendo entendida como a prestação de contas dessas mesmas pessoas perante a sociedade (DAHL, 2000).

produção teórica que se debruçou sobre esta questão e buscou discutir de forma crítica os limites deste conceito quando aplicado à realidade latino-americana com imensa desigualdade na distribuição dos recursos, econômico, sociais, culturais etc (SANTOS, 1988; O'DONNELL, 1993)

Além do fortalecimento das instituições, é preciso que as condições necessárias sejam garantidas aos cidadãos e as cidadãs, tanto como eleitores/as como candidatos/as. Como afirma Bourdieu, o silenciamento de alguns grupos que são impedidos de participarem do campo político, constitui-se em uma forma extrema de violência. Assim, “as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulados pelos agentes” (BOURDIEU, 1998, p. 11). É no campo do debate e dos discursos, na possibilidade de construir sua própria história que os grupos sociais garantem sua dignidade (SPIVAK, 2008).

Ao refletir sobre esse processo no Brasil, Santos afirma que,

devido ao padrão histórico de incorporação dos atores políticos na arena de competição, a morfologia poliarquia brasileira, excessivamente legisladora e reguladora, foi construída sobre uma sociedade que, sendo plural quanto à multiplicidade de grupos de interesses, não o é em relação às estruturas de participação do poder nas estruturas do Estado (SANTOS, 1993, p. 77).

Ao analisar as elites políticas no Paraná, Ricardo Costa de Oliveira buscou através do conceito de classe dominante propor “as fontes de produção social das estruturas de poder e a sua reprodução” (OLIVEIRA, 2001, p.22). A genealogia desenvolvida pelo autor revelou o privilégio de algumas famílias tradicionais na política paranaense e sua capacidade de controlar discursos e práticas na arena política.

Ainda, sobre o privilégio de alguns grupos, causado pela má distribuição dos recursos necessários para competir no processo eleitoral, a obra “Quem Governa? Um estudo das elites políticas do Paraná” realizou estudo minucioso do perfil sociológico das elites, político-administrativa, parlamentar e partidária, durante a gestão do governador Jaime Lerner (1995 a 2002). Os autores constataram que o perfil da elite paranaense é,

altamente homogêneo [...] composta, essencialmente, por homens brancos e católicos, numa proporção sempre bem acima daquela encontrada no estado. Os seus membros foram em geral recrutados nos estratos médios e altos da sociedade [...] A elite possuía também um alto

nível de escolaridade [...] pode-se mesmo especular que o número de anos na escola e a obtenção do grau superior seja quase um pré-requisito para entrar nos círculos da elite do Paraná (PERISSINOTTO et.al, 2007, p. 22).

Mantendo um padrão bastante conservador, as eleições paranaenses têm mantido sacralizado a exclusão das mulheres e outras minorias políticas. Contudo, as eleições são uma parte importante da configuração dos regimes democráticos contemporâneos. O sistema eleitoral, a legislação eleitoral, o sistema partidário e as instituições, ainda que não constituam a totalidade dos elementos, formam a base do funcionamento das democracias.

Para a escolha dos atores que ocuparão as cadeiras da prefeitura (prefeito e vice-prefeito), no Brasil adota-se o sistema majoritário¹⁵ (absoluto e relativo). Para municípios com menos de duzentos mil habitantes exige-se apenas a maioria relativa dos votos (o maior número dos votos apurados) e não há segundo turno. Para os outros municípios, como é o caso de Curitiba, adota-se o sistema majoritário absoluto no qual, o candidato que obtiver mais da metade dos votos válidos (mais da metade dos votos apurados, excluídos os votos em branco e os nulos) é eleito. Por isso, quando não se atinge a maioria no primeiro turno é necessário realizar um segundo pleito com os dois candidatos mais votados. Ocorre o que Duverger (1970)¹⁶ indicou como sendo uma tendência ao bipartidarismo presente na maioria das democracias contemporâneas.

A busca por ampliar a capacidade de eleição dos representantes de toda a sociedade levou à criação do modelo de eleições proporcionais, nas quais os partidos possuem o número de cadeiras equivalentes à porcentagem de votos recebida. Para escolha dos deputados federais, estaduais, distritais e vereadores, no Brasil, utilizamos o sistema proporcional com lista aberta e é possível votar tanto no candidato como na legenda. As vagas são distribuídas de forma proporcional aos votos totais obtidos por cada partido. Posteriormente os partidos preencherão as cadeiras com os candidatos mais votados. Assim, um candidato muito votado

¹⁵ Esse sistema também é utilizado na escolha do presidente e vice-presidente, governador e vice-governador e senadores.

¹⁶ O autor defendeu a tese de que todo sistema acaba por adquirir características bipartidárias, sendo considerado um dado praticamente natural que toda a sociedade acabe por aglomerar seus interesses em torno de dois partidos ou coligações com as quais se identifique. Para ele, “o movimento natural das sociedades orienta-se para o bipartidarismo, podendo, evidentemente, ser contrariado por tendências inversas” (DUVERGER, 1970, p. 252).

pode aumentar o coeficiente do partido e conquistar um maior número de cadeiras, possibilitando levar consigo um candidato menos votado.

De fato, a escolha ou recrutamento dos candidatos, pode não ter início no voto popular, pois os partidos políticos são os primeiros selecionadores. Desta forma, mais do que cumprir os critérios legais para poder se candidatar, os aspirantes devem satisfazer as expectativas dos partidos políticos.¹⁷ No caso brasileiro isso é muito relevante, pois não é permitido candidaturas desvinculadas dos partidos.

Os partidos buscarão, dentre as possíveis ofertas da sociedade, aqueles atores que tenham o perfil que eles desejam: um perfil adequado ideologicamente com a proposta do partido (partidos que se identificam como direita buscam candidatos com a mesma ideologia e o mesmo costuma ocorrer com partidos de centro ou esquerda), e que também possua os atributos que o partido considera necessários para que eles sejam eleitos, como gênero, etnia, profissão e trajetória. Por exemplo, candidatos homens, brancos, protestantes ou católicos, advogados, radialistas e agropecuaristas, com trajetória política anterior, possuem vantagem nas eleições brasileiras para cargos do Legislativo em diversos estados (LOURENÇO, 2011).

Portanto, as eleições envolvem diversos atores no movimento do processo democrático. Passado o primeiro momento do recrutamento realizado nos partidos, os aspirantes a candidatos são apresentados como efetivamente candidatos e temos o início do processo de divulgação das suas propostas, ou pelo menos, esse deveria ser o próximo passo: apresentar aos eleitores os planos de governo que cada candidato buscará implementar caso saia vitorioso. É neste contexto que o trabalho da imprensa jornalística se torna indispensável.

Ao situar a importância da internet na ampliação e agilidade na comunicação Quadros e Vieira (2016) afirmam que,

O desenvolvimento inicial dos meios de comunicação, a partir do jornal, do rádio e da televisão, trouxe grandes transformações nos padrões de interações sociais entre líderes políticos e o seu público; mas, por outro lado, hoje os meios de comunicação tradicionais – como é o caso da televisão – mostram-se ineficientes para tornar disponíveis grandes volumes de informações políticas de maneira rápida e restrita. (QUADROS; VIEIRA, 2016, p. 253)

¹⁷ Segundo a cientista britânica Pippa Norris, “três estágios sucessivos operam nesse processo: a certificação, envolvendo o Direito Eleitoral, as regras partidárias e normas sociais informais que definem os critérios para a candidatura elegível; a indicação, envolvendo a oferta de elegíveis que buscam postos políticos e a demanda dos selecionadores ao decidirem quem é nomeado; a eleição, o passo final que determina quais indicados obterão assentos no poder Legislativo. Cada um desses estágios pode ser visto como um jogo progressivo de “dança das cadeiras”: muitos são elegíveis, poucos são indicados e ainda menos são eleitos” (NORRIS, 2013, p. 12).

Por isso que essa monografia irá se debruçar em analisar os dois veículos de comunicação que disponibilizam o trabalho jornalístico de forma online.

4 ANÁLISE DOS VEÍCULOS

Entre os veículos de comunicação existe o rádio, televisão, jornal impresso e internet de uma forma geral. Todas as vertentes realizam cobertura jornalística em situações que envolvem jornalismo de interesse público, como eleições legislativas e para o executivo. Seguindo o ato de informar e comunicar. Para o desenvolvimento desta monografia, foi escolhido dois veículos de comunicação que cumprem esse papel, um deles é a Gazeta do Povo, de Curitiba.

A história do jornal começa no final da década de 1910 com Benjamin Lins e De Plácido e Silva, dois advogados que vieram para Curitiba empreender, deixando Paraíba e Alagoas respectivamente. Em material desenvolvido pela jornalista do veículo de comunicação mencionado, Mariana Sanchez, o objetivo inicial com a vinda para a capital paranaense era a de criar uma revista jurídica. No entanto, chegaram à conclusão de que a população necessitava de um jornal que “quebrasse a unanimidade da imprensa oficiosa do jornalismo curitibano de então” (GAZETA DO POVO, 02 fev. 2009). Proposta criada como forma de combater a política do governador Afonso Camargo, ocupante do cargo de 1916 até 1920. A ideia era mostrar uma oposição. A primeira edição, portanto, surgiu no dia 03 de fevereiro de 1919. De lá para cá, o veículo expandiu e circulou pelos estados do Paraná.

Em 2017, anunciou mudanças. Entre elas, o fim do diário impresso e a apresentação para o público das convicções e crenças editoriais sobre determinados temas. Constituição familiar, aborto e seu papel na sociedade. O novo modelo de negócio passou a ser focado em assinaturas, tendo como foco a abrangência nacional. Partindo deste contexto, nesta monografia, foram analisadas 166 matérias, notas, perfil e entrevistas pingue e pongue acerca do tema, desenvolvidas na cobertura jornalística da Gazeta do Povo.

Com a palavra chave “eleições 2020”, foi possível identificar 100 links de produção do jornal a respeito do tema. Foi preciso entrar e verificar matéria por matéria, já que em virtude do uso da palavra-chave obtivemos resultados de outras cidades além de Curitiba que também tiveram eleições para o executivo. Com base nessa análise, foram separadas apenas 2 publicações que

mencionam eleições de Curitiba para a prefeitura em 2020 e que não abordaram o fato do candidato e também atual prefeito, Rafael Greca (DEM), estar em momento de gestão e suas implicações que fugiam da corrida eleitoral. Ou seja, foram levantadas apenas matérias que dizem respeito a candidaturas, candidatas e candidatos e especificamente sobre a eleição.

Com a palavra chave “eleições 2020 Curitiba”, foi possível identificar um maior número de produções desenvolvidas pelo jornal. Com o total de 290 resultados, e com base neste levantamento das matérias que puderam ser mapeadas seguindo o método, foi possível identificar e analisar por meio das categorias anteriormente definidas ((I) gênero textual; (II) título; (III) violência política de gênero; (IV) quantidade de vezes a candidata ou candidato tiveram espaço nos veículos de comunicação no período observado; (V) preferência voltada ao espectro político do veículo; (VI) abordagem da pauta) 164 publicações na cobertura da Gazeta do Povo. Ou seja, com as duas palavras chaves buscadas, foram analisadas 166 publicações do jornal Gazeta do Povo.

O outro veículo de comunicação que serviu de base para o desenvolvimento dessa pesquisa foi o Plural. Um site que surgiu em janeiro de 2019 como um produto com enfoque hiper local, segundo o criador, Publisher Rogério Galindo (RENAUD et al, 2019). Com o objetivo de realizar a comparação de dois veículos de comunicação de Curitiba e perceber por meio da metodologia escolhida, de que forma a cobertura das eleições para a prefeitura de 2020 ocorreu sob uma perspectiva de gênero, Plural e Gazeta do Povo foram os veículos base para a pesquisa. Com a palavra chave “eleições 2020”, foi possível identificar 105 links de produção do jornal a respeito do tema. Sendo que dessas apenas 21 cumpriam o requisito para análise, já informado anteriormente. Com a palavra chave “eleições 2020 Curitiba”, foi possível identificar 68 resultados na busca, sendo que desses, 16 links puderam ser analisados. Diferente da Gazeta do Povo, no Plural identificamos matérias repetidas utilizando as duas palavras chaves, sendo assim, as mesas foram contabilizadas apenas uma vez na somatória total de quantas matérias foram analisadas do Plural, totalizando em 26 matérias analisadas. Ou seja, essa monografia analisou por meio das seis categorias de análise as 192 publicações somadas dos dois veículos. O comparativo foi realizado proporcionalmente a quantidade de cada veículo.

É importante destacar que matérias que se enquadram como serviço à população a respeito das eleições não foram analisadas. Exemplos de matéria informando locais de votação, horários para votação, temperatura climática no dia das eleições, dentre outros exemplos.

5 COMPARATIVO DOS VEÍCULOS

Das 192 matérias, notas, artigos de opinião, perfil e entrevistas analisadas dos dois veículos de comunicação, com 26 do Plural e 166 da Gazeta do Povo. Com 16 candidatos no total, sendo que 6 mulheres e 10 homens, o Plural mencionou as candidatas 13 vezes, enquanto que os homens foram mencionados 37 vezes. Na Gazeta do Povo as candidatas aparecem 169 vezes, enquanto que os homens foram mencionados 377 vezes. Em termos percentuais, as mulheres representam 37,5% dos candidatos e no Plural, das 50 menções aos candidatos no total, já que na mesma publicação mais de um candidato ou candidata podem ter sido mencionados, as candidatas representam apenas 26%. Na Gazeta do Povo, das 506 menções aos candidatos no total, as candidatas representam 30,95%. Ou seja, em termos de espaço destinado às candidatas de maneira equitativa, a Gazeta do Povo proporcionou mais publicações de maneira mais próxima à divisão igualitária. Afinal, na medida em que as mulheres representam 37,5% das candidaturas, quanto mais próximo o índice de menções se aproximar deste valor, a cobertura para homens e mulheres poderia ser considerada mais equitativa.

TABELA 1- Menções aos nomes dos candidatos/as no Plural e Gazeta do Povo

NOME CANDIDATA OU CANDIDATO	PLURAL (26)	GAZETA DO POVO (166)
Christiane Yared (PL)	3	30
Caroline Arns (Podemos)	2	30
Marisa Lobo (Avante)	2	27
Letícia Lanz (PSOL)	4	28
Samara Garratini (PSTU)	1	24
Camila Lanes (PCdoB)	2	30
Goura (PDT)	3	42
Rafael Greca (DEM)	11	78
Paulo Opuszka (PT)	4	31
Fernando Francischini (PSL)	6	63

João Arruda (MDB)	3	34
Dr. João Guilherme (Novo)	3	29
Professor Renato Mocellin (PV)	3	25
Eloy Casagrande (Rede)	2	26
Zé Boni (PTC)	1	24
Diogo Furtado (PCO)	1	25

Fonte: Informações disponíveis nos sites dos veículos de comunicação.

No entanto, por meio da análise foi possível observar que a abordagem das publicações também trouxe outros pontos. Um deles é o fato de que na Gazeta do Povo observamos matérias de serviço, análise de ibope de intenção de votos, entrevistas com a mesma quantidade de perguntas para todos os entrevistados e notas envolvendo publicações dos candidatos nas redes sociais. No Plural, embora tenhamos alguns pontos semelhantes como matérias de serviço e entrevistas, foi possível observar matérias que não eram em si sobre os candidatos, mas que foram feitas com a abordagem do momento eleitoral para discutir pautas humanitárias como diversidade, mulheres na política, negros na política e outros.

A exemplo disso, no Plural, uma reportagem sobre a falta de representatividade negra na política brasileira, estadual e municipal, “Qual é o lugar do negro nas eleições da Região Metropolitana de Curitiba?” (Plural, 25 de nov, 2020) abordou a importância de falarmos e debatermos sobre grupos minoritários. Principalmente, quando pensamos em mulheres negras e o quanto são importantes essas candidaturas. Não era em si da prefeitura para Curitiba, mas matérias como essa, que usam como abordagem principal as eleições para explorar aspectos de interesse público para a sociedade, não foram percebidas na Gazeta do Povo. Assim como a matéria “Candidaturas transexuais crescem 67% no Paraná” (Plural, 1º de nov, 2020) que traz um levantamento da última eleição de executivo e legislativo no estado, com base em dados de eleições anteriores. Ela destaca o aumento em candidaturas de transexuais. E, por fim, a matéria “Mulheres são minoria entre candidatos de Curitiba” (Plural, 22 de out, 2020) com levantamento e análise abordando estrutura política, fundo eleitoral e candidaturas. Com relação a Gazeta do Povo, de 166 matérias, apenas uma

seguiu esse mesmo caráter. “Proporção de candidaturas de negros e mulheres cresce nas eleições de 2020 em Curitiba (Plural, 1º de out, 2020).

Nesse sentido, que o Plural, ainda que não tenha oferecido diretamente um espaço de voz aos grupos subalternos, como discutido por Spivak (2010), forneceu um debate interessante sobre quem são esses grupos subalternizados na sociedade brasileira, grupos que por vezes não tem um espaço garantido na sociedade brasileira.

Apesar disso, o Plural também publicou uma briga dos candidatos Francischini (PSL) e Rafael Greca (DEM) envolvendo redes sociais, gerando mais repercussão para o fato. Assim como a Gazeta do Povo, a diferença foi a quantidade, já que no segundo veículo de comunicação, foi possível identificar 18 matérias/notas só sobre o mesmo assunto e suas variáveis. Tanto que o total de matérias sobre ou que mencionam o Rafael Greca (DEM) na Gazeta do Povo foi de 78 vezes e do Francischini (PSL) 63. Os dois candidatos foram os que mais obtiveram espaço no veículo de comunicação. O fato do candidato Rafael Greca (DEM) ser o atual prefeito, ter liderado pesquisas de ranking de intenção de votos e ter seu nome mencionado pelos outros candidatos e candidatas, sugerem que ele tenha mais repercussão em relação à quantidade de matérias em que aparece, ao espaço destinado a ele. Em uma disputa eleitoral, desqualificar candidatos adversários traz o comportamento que faz parte de uma estratégia usual. Sobre o assunto, sugestões de tipologias foram elaboradas e apresentadas em estudos prévios (PANKE, 2012). O fato do nome do Rafael Greca (DEM) ter aparecido por meio das entrevistas dos outros candidatos, normalmente, com conotação de crítica negativo, pode ser explicado segundo a autora.

No entanto, o fato do candidato Francischini (PSL) ter a segunda maior quantidade de aparições sugere uma preferência à cobertura jornalística por meio de desavenças entre os candidatos.

Na Gazeta do Povo, foi percebido matérias sobre candidatas como “Carol Arns compara assistência social de Greca a política de Trump” (Gazeta do Povo, 27 de out, 2020), nota sobre entrevista que a candidata cedeu, mas que pelo recorte, a nota seguiu a abordagem voltada ao atual prefeito, da mesma forma, “Christiane Yared defende austeridade e fim de cargos comissionados”

(Gazeta do Povo, 22 de out, 2020), outra nota que deveria sugerir pontos do plano de governo da candidata, no entanto, foi percebido a abordagem e menção ao candidato Rafael Greca (DEM) como gancho. Quanto ao candidato Francischini (PSL), as desavenças com o atual prefeito, as críticas à gestão atual, o fato de ser o único deputado federal dentre os candidatos e ter durante alguns meses o apoio do atual presidente do país, podem serem vistos como motivos para a quantidade de menções e espaço nos veículos de comunicação serem maiores do que dos outros candidatos. No Plural, de 26 publicações, o Rafael Greca (DEM) foi mencionado 11 vezes, e o Francischini (PSL) 6 vezes, da mesma forma que na Gazeta do Povo, também foram os candidatos que obtiveram mais espaço.

Em ambos os veículos o atual prefeito, Rafael Greca (DEM) contou com mais repercussão e matérias sobre/e envolvendo sua figura política. No entanto, a diferença foram as abordagens. No plural, por exemplo, foi percebido reportagens com tons de denúncia e destacando atitudes negativas. A matéria “Greca é único candidato em Curitiba em lista de políticos com multas no Ibama” (Plural, 12 de nov, 2020), é um exemplo. Enquanto que na Gazeta do Povo, foi percebido publicações padrões de entrevistas, explicação de plano de governo para todos, e repercussão para o Greca por meio de publicações sobre os outros candidatos.

Um dos motivos para o candidato Rafael Greca ter mais repercussão, pode ser explicado pela Teoria Organizacional que explica as contradições existentes entre as finalidades do jornalismo, de um lado atender aos interesses públicos, porém, de outro, atender as necessidades de sua própria manutenção enquanto atividade empresarial em busca de lucro. Nesse sentido, os candidatos, mais visados, com mais intenções de voto, são também, aqueles que oferecem pautas mais rentáveis aos jornais.

As relações de gênero podem ser melhor observadas a partir da análise das entrevistas. Mais do que apresentar menções em percentual inferior aos candidatos masculinos, como citado inicialmente, os veículos externalizam as relações generificadas que acompanham a sociedade brasileira ao longo do seu processo histórico. Pautada em valores patriarcais, nos discursos médicos e jurídicos incorporados no Brasil, as mulheres foram consideradas ao longo do

século XIX e boa parte do XX, como intelectualmente inferiores (PENNA, 2017). “Nessa concepção elaborase um esquema no qual o homem branco, civilizado, europeu representaria a maturidade evolutiva em contraste com a mulher, o negro, o primitivo, o não europeu” (ROHDEN, 2001, p. 27).

Nas 26 matérias analisadas do Plural, foram percebidas entrevistas no formato de pingue-pongue com 3 candidatas mulheres (Letícia Lanz (PSOL), Camila Lanes (PCdoB) e Christiane Yared (PL)) e três candidatos homens (Francischini (PSL), Eloy Casagrande (Rede) e Paulo Opuszk (PT)). Todos obtiveram também espaço por meio de vídeo, exceto Letícia Lanz (PSOL), que foi realizada apenas em texto. Embora tenha sido uma divisão equitativa, a análise de violência política de gênero está na abordagem e forma das entrevistas. Essa abordagem em mencionar o atual prefeito, Rafael Greca (DEM), nas entrevistas com as candidatas mulheres e não realizar o mesmo com os candidatos homens, nos remete a discussão sobre as relações de poder pautadas no status social que resulta das relações de gênero. O veículo não valorizou equitativamente os discursos dos candidatos homens e mulheres. Considerando que a entrevista poderia se constituir em um momento fecundo da construção dos discursos dos concorrentes. Esse processo de silenciamento tem sido apontado por diversas autoras ao longo da história (PRADO; FRANCO, 2019; SOIHET, 2018, SCOTT, 1992, PERROT, 2019).

Retomando a entrevista da Letícia Lanz (PSOL), embora seja a entrevista mais longa em relação aos outros candidatos e embora a candidata, assim como Paulo Opuszk (PT) fiquem atrás em termos de menção no veículo de Rafael Greca (DEM) e Francischini (PSL), também foi percebido o nome do atual prefeito Rafael Greca. O que não foi identificado como um padrão com base na comparação com os demais candidatos que também foram entrevistados.

Na Gazeta do Povo nas propostas de entrevistas aos candidatos, diferente do Plural, foi percebido que o veículo realizou entrevistas com todos. É importante levantar a argumentação de que a análise foi realizada com base no que os próprios veículos têm de publicações, informações como falta de retorno dos candidatos e possíveis imprevistos e dificuldades que o Plural possa ter tido para entrevistar todos os demais candidatos e candidatas, não foram levados em conta.

Na análise das 166 matérias da Gazeta do Povo foi possível observar que a falta de paridade de gênero, não está, predominantemente, na ausência de espaço em relação aos candidatos e candidatas nas notas, matérias e entrevistas. Ainda que não apresente um percentual de menções proporcional aos 37,5% de candidaturas femininas. Mas, na abordagem em retratar essas mulheres, sugerindo perguntas que se encaminharam apenas para o espectro político, como o exemplo da Camila Lanes, candidata do PCdoB, que sempre foi questionada a respeito de ser de esquerda e não sobre os planos de governo como os demais. Da mesma forma que com a Christiane Yared (PL) por ser conservadora declarada e apoiadora do Bolsonaro. Para ambas, as perguntas e abordagens das publicações seguiam essas conotações.

A candidata Caroline Arns (Podemos), embora seja de família política do estado, na maioria das vezes ao ser mencionada, trazia essa informação como destaque. Em contrapartida, também foi observado um número elevado de matérias sobre o candidato Rafael Goura (DEM) com ligação ao ex-prefeito Gustavo Fruet. No entanto, não foi a maioria, diferente das candidatas.

Outro ponto identificado, é que embora o veículo de comunicação - Gazeta do Povo - não apresentasse claramente um espectro político ideológico, pelo fato de termos 78 matérias sobre/ou que menciona o prefeito Rafael Greca (DEM), foi possível identificar mais vezes, mais espaço, e mais menção ao partido político do candidato. Outro aspecto identificado voltado ao espectro político ideológico é que em algumas entrevistas o foco foi falar de “esquerda” e “direita” ao invés de propostas de governo, como foi o caso do que a Gazeta do Povo chamou de "três perguntas para o candidato" nas entrevistas com Diogo Furtado (PCO), Letícia Lanz (PSOL), Camila Lanes (PCdoB) e Paulo Opuszk (PT). Representantes de quatro partidos políticos considerados de esquerda.

Quanto à categoria de análise de gênero textual jornalístico, foi possível observar que enquanto o Plural cedeu menos espaço para as candidatas, ao mesmo tempo, obteve mais publicações de matérias de interesse público e aprofundadas para ambos os candidatos. Com um total de 12 matérias jornalísticas das 26 publicações analisadas, em comparação a Gazeta do Povo que publicou 38 matérias dentre as 166 publicações.

Constata-se, portanto, que apesar da Gazeta do Povo mencionar em maior quantidade as candidatas mulheres, quando analisasse a qualidade do espaço cedido, o Plural dentre as suas 26 publicações concedeu espaço aos candidatos por meio de matérias jornalísticas em aproximadamente 46% das suas publicações, em descompasso com a Gazeta do Povo que apresentou todos os candidatos por meio de matérias jornalísticas apenas em 22% das publicações analisadas.

Embora a Gazeta do Povo tenha um número elevado de publicações em relação ao Plural, realizou a cobertura jornalística com base em uma maioria de publicações no formato de notas. Com um total de 78 notas, e Plural com um total de 5 notas, ressaltando a diferença na cobertura jornalística das eleições de ambos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade política envolvendo cargos eletivos sempre foi um território masculino no Brasil. Embora a presença feminina, no que tange à política, tenha avançado nos últimos anos com a aprovação, por exemplo, da lei que garante cota de 30% de candidaturas femininas, esse progresso ainda pode ser considerado insuficiente. Outra mudança legislativa – embora não relacionada diretamente com este trabalho por ser recente e, portanto, posterior ao recorte temporal e ao objeto analisado – veio com a aprovação, no Senado, em agosto de 2021, do PL 5.613/2020, que resultou na Lei 14.192 (Agência Senado, 2021). Essa Lei afirma que a violência política de gênero é toda “ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar, ou restringir os direitos políticos das mulheres”.

Nas coberturas jornalísticas na editoria de política é fundamental que as escolhas para a produção de notas, matérias e entrevistas sejam equitativas entre os gêneros, afinal, uma das funções do jornalismo é informar e comunicar partindo de pautas de interesse público a todos os cidadãos, segundo Traquina (2004). No quesito de coberturas políticas, essa função não se altera. Todavia, a escolha dos discursos com autoridade para propagar essas informações de interesse público passa pelo crivo subjetivo das escolhas dos sujeitos que estão inseridos em uma sociedade estruturada por relações generificadas.

Nas eleições de 2020 para a Prefeitura de Curitiba, houve uma participação mais igualitária em termos de gênero. Foram seis nomes femininos em relação ao total de dezesseis candidaturas, ou seja, 37,5%. Já em 2016, na eleição anterior, apenas duas mulheres foram candidatas, Maria Victória (PP) e Xênia Mello (Psol), na eleição com um total de nove candidatos, dando o percentual de 22,2%. Outro diferencial possível de se observar na eleição de 2020 é que a proporção de candidatas à vice-prefeita foi ainda maior, atingindo 43,75% dos concorrentes. Além disso, existe o marco das primeiras chapas formadas exclusivamente por mulheres. Christiane Yared e Jilcy Rink (PL) e a de Letícia Lanz e Giana de Marco (PSOL).

Ainda que em termos comparativos com eleições anteriores perceba-se um aumento na quantidade de candidatas mulheres, a visibilidade das

candidatas e suas ideias/programas ainda carecem de apoio dos veículos de comunicação, neste sentido, o jornalismo possui um papel determinante em dar visibilidade e ceder espaço de forma equitativa entre todos os candidatos e candidatas.

Nesta monografia foi possível observar que independente de espectro político ideológico, seja um jornal considerado mais conservador ou progressista, os veículos de comunicação ainda não buscam realizar cobertura equitativa na hora das escolhas da pauta política de eleição. Como é o caso de Gazeta do Povo e Plural que não chegaram ao suficiente (37%) em relação ao espaço destinado às candidatas de forma equitativa nas eleições de 2020 para a Prefeitura. Esse resultado nos leva a crer que embora exista a discussão acerca da importância de mulheres na política, ou ainda, da importância de diferentes grupos na política pensando em planos de governo que fogem dos convencionais – homem branco cis – ainda fazemos parte de uma sociedade patriarcal com cultura enraizada na lógica de colonizador e colonizado.

Não somente a falta de espaços de maneira igualitária foi percebida nos veículos analisados, mas as abordagens também sugerem a inserção do nome ou informações a respeito do atual prefeito, nas publicações de candidatas femininas. Ou até mesmo destacando aspectos de laços familiares, ou ainda, se fazem parte de partidos de “direita” ou “esquerda”, ao invés de destacarem os planos de governo seguindo o mesmo padrão das publicações envolvendo os candidatos.

Essa pesquisa se trata de um início de percepção sobre o tema e trajetória de pesquisa. Entendemos que diante das fontes e temáticas ainda é possível, em um futuro próximo, explorar e aprofundar ainda mais essa discussão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. **As três faces do quarto poder**. Belo Horizonte, Minas Gerais, jun. 2009.

AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

BALLESTRIN, Luciana. A América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARSTED, Leila Linhares (2011), **Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista**, in: Carmen Hein de Campos(org), Brasil. Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 13-37.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, n. 34, janeiro-junho de 2010, p. 269-299.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DAHL, Robert. **Sobre Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

DAHL, Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

DAHL, Robert. **Democracia**. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. São Paulo: Zahar, 1970.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de Caso. In: DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio (orgs). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOUGES, Olympe de. **Avante, Mulheres!** Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã e outros textos. São Paulo: Edipro, 2020.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

LAGE, Nilson. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOURENÇO, Alexandra. As eleições para a câmara de vereadores de Irati em 2004, 2008 e 2012: uma análise sociológica das relações de gênero. In: BEGA, M. T.; PESSOA, K. **Desenvolvimento e Justiça Social: perspectivas da sociologia no século XXI**. 1ª Ed, Jundiaí: Paco Editorial, 2019, p. 249-272.

LOURENÇO, Alexandra. **O recrutamento das elites políticas no Brasil: o caso de Mato Grosso, 1945-2007**. Lisboa, 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

NORRIS, Pippa. **Recrutamento Político**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 11-32, 2013.

OLIVEIRA, Ricardo. C. **O Silêncio dos Vencedores, Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná**. Curitiba, Moinho do Verbo, 2001.

O'DONNELL, Guillermo. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais. **Novos Estudos**, n. 36, São Paulo, CEBRAP, Jul. 1993, p. 123-145.

PANKE, Luciana. **Categorias de desqualificação na propaganda eleitoral**, Revista Em Debate, v.4, n.4, p.7-14, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, Prazer e Trabalho. In: PINSKY C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2018, p. 238-259.

PENNA, Mariana Afonso. O Anarquismo e a questão das mulheres. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 196, set., p. 14-27, 2017.

PERISSINOTTO, Renato. M.; CODATO, Adriano; FUKS, Mario; BRAGA, Sérgio. (orgs.). **Quem Governa?** Um estudo das elites políticas do Paraná, Curitiba, Editora UFPR, 2007.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2 ed. 6ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatalhy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História - Representações**. ANPUH, Editora Contexto, Vol. 15, n. 29, 1995.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 - 274.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scaten. Participação feminina no debate político brasileiro. In: PINSKY C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2018, p. 194-2017.

QUADROS, Doacir G.; VIEIRA, Fabrícia A. Os websites partidários e o eleitor jovem nas eleições de 2014 para governador do Paraná. In: CERVI, Emerson U. et all. **Internet e eleições no Brasil**. Curitiba: CPOP (e-book), 2016, pp. 249-274. Disponível em: http://www.cpop.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016_ebook_cpop_internet_e_eleicoes_no_brasil_cervi.pdf

RENAUD, E. PIRES, G.P. FERNANDES, J.C. **Entrevista com Rogério W. Galindo**. Grupo de pesquisa Comunicação e Cultura Ciber (Click), 2019.

ROHDEN, Fabíola. **A construção da 'natureza feminina' no discurso médico**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da Educação**. Trad. Roberto Leal Ferreira. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, Wanderley. G. **As razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SANTOS, Wanderley. G. Genese e apocalipse: elementos para uma teoria da crise institucional latino-americana. **Novos Estudos**, n. 20, São Paulo, Mar. 1988, p. 110-118.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan. A história das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-95.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre, **Educação e Realidade**, 20(2):71-99 jul/dez, 1995.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Projeto História**, nº25, "corpo & cultura". São Paulo: educ Editora da PUC-SP, dez/2002, p. 269-289.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. **RBH**, v. 7, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2018, p. 218-237.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Quem reivindica a alteridade. In: HOLLANDA, Heloisa B. de. (org.) **Pensamento Feminista, conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2018, p. 251-268.

SPIVACK, G. C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: UGMG, 2010.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAVANCAS, I. **An ethnography of journalistic production: case studies of the Brazilian**. Brazilian Journalism Research, v. 6, n. 2, p. 82–102, 2010.

YOUNG, Iris M. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University, 2000.

YOUNG, Iris M. Representação Política, Identidade e Minorias. **Lua Nova**, 67, 2006.

VILLAMÉA, Luiza. Olympe de Gouges, a pioneira do feminismo que foi parar na guilhotina. Questões de gênero. **Portal Geledés**, 30 de outubro de 2026. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pioneira-do-feminismo-que-foi-parar-na-guilhotina/acessado> em 17 de maio de 2021.